A RELAÇÃO ENTRE MORAL E DIREITO NO PENSAMENTO MILLIANO

THE RELATIONSHIP BETWEEN MORAL AND RIGHT IN MILLIAN THOUGHT

Henor Hoffmann*

DOI: <https://doi.org/10.70940/rejud4.2024.271>

RESUMO

O objetivo do presente artigo é apresentar o problema da relação entre moral e Direito no pensamento do filósofo britânico John Stuart Mill. O propósito do trabalho é responder quatro perguntas que considero fundamentais sobre o tema: [I] há alguma conexão entre moral e Direito em Mill?; [II] Mill separa a moral e o Direito?; [III] de que forma ele determina a fronteira entre moral e Direito?; [IV] em que ponto direitos morais e legais se conectam? Para alcançar esse objetivo de forma satisfatória, o artigo será dividido em quatro partes. O primeiro será situar o leitor a respeito do tema abordado. O segundo passo tratará de explicar e analisar o princípio do dano e a separação da conduta moral privada do Direito. O passo seguinte exporá a definição de direitos morais advogada por Mill e demonstrar a conexão íntima existente entre moral e legalidade. A seção final do artigo apresenta um esboço da visão de Mill sobre o problema da relação entre moral e Direito, identificando os aspectos de distanciamento entre moral e Direito na visão 'milliana' e os pontos de possível conexão entre direitos morais e legais.

* Graduado e Mestre em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e doutorando em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

PALAVRAS-CHAVE

Direito. Moralidade. Princípio do dano. Direito moral. Direito legal.

ABSTRACT

This article aims to present the problem of the relationship between moral and law in the thinking of British philosopher John Stuart Mill. The purpose of the paper is to answer four questions that I consider fundamental to the topic: (I) is there a connection between moral and law in Mill?; (II) does Mill separate moral from law?; (III) how does he determine the boundary between moral and law?; (IV) at what point do moral and legal rights connect? To achieve this goal satisfactorily, the article will be divided into four parts. The first will be to provide the reader with context on the topic. The second step will aim to explain and analyze the harm principle and the separation of private moral conduct from law. The next step will present the definition of moral rights advocated by Mill and demonstrate the close link between morality and legality. The last section of the article outlines Mill's view on the problem of the relationship between moral and law, identifying aspects that distance moral from law in Millian view and possible convergence points between moral and legal rights.

KEYWORDS

Law. Morality. Principle of harm. Moral right. Legal right.

SUMÁRIO

- 1 Situando o problema;
 - 2 Princípio do dano ou da liberdade ou moralidade privada;
 - 3 Direitos morais/legais e progresso moral;
 - 4 Considerações finais;
- Referências.

Data de submissão: 08/07/2024.

Data de aprovação: 03/10/2024.

1 SITUANDO O PROBLEMA

O presente artigo tem por objetivo discutir a relação entre moral e Direito no pensamento do filósofo John Stuart Mill [1806-1873], considerado um dos pais do utilitarismo e referência da doutrina liberal no século XIX. O utilitarismo é uma teoria consequencialista, isto é, ela estabelece o critério normativo de certo ou errado após o cálculo das consequências. John Skorupski afirma que “o utilitarismo como tal é uma tese ética abstrata sobre o que é o valor ético intrínseco” (Skorupski, 1998, p. 20, tradução nossa)¹. Kymlicka define o utilitarismo da seguinte forma: “[I] uma concepção sobre o bem-estar da humanidade, ou da utilidade; [II] um mandato para maximizar a utilidade, assim concebida, que, ao mesmo tempo, atribui peso igual à utilidade de cada pessoa” (Kymlicka, 1995, p. 24, tradução nossa)².

Podemos distinguir, então, as doutrinas utilitaristas em duas grandes famílias: [I] utilitarismo de atos e [II] utilitarismo de regras. No primeiro tipo [I], são os atos que devem passar pelo teste do princípio da utilidade. No segundo tipo [II], são as regras que devem passar pelo teste do princípio da utilidade, ou seja, “a utilidade de um ato individual não é considerada; mas é uma regra que requer justificativa utilitarista” (Lyons, 2002, p. VII, tradução nossa)³. O utilitarismo de regras possibilita uma reconciliação entre o consequencialismo e a deontologia? Nas éticas deontológicas, os agentes morais seguem regras morais, sendo que o mesmo ocorre no utilitarismo de regras. A filosofia kantiana é um exemplo de ética deontológica, de forma que uma

¹ *Utilitarianism as such is an abstract ethical thesis about what has intrinsic ethical value.*

² *[I] una concepción del bienestar de la humanidad, o de la utilidad; [II] un mandato de maximización de la utilidad, así concebida, que al mismo tiempo da el mismo peso a la utilidad de cada persona.*

³ *[...] utility of an individual act is not considered; but a rule requires utilitarian justification.*

ação 'x' é considerada correta se estiver de acordo com regras morais universais. No utilitarismo de regras, a correção da ação é também orientada por regras morais, no entanto, essas regras não são absolutas. John Mill apresenta um argumento implícito que corrobora a igual consideração das pessoas, a saber, “na regra de ouro de Jesus de Nazaré, lemos todo o espírito da ética da utilidade. Tratar os outros como queremos que nos tratem e amar o nosso próximo como a nós mesmo constituem a perfeição ideal da moralidade utilitarista” (Mill, 2005, p. 130-131, tradução nossa)⁴. As teorias deontológicas caracterizam-se por considerarem que os interesses das pessoas são igualmente importantes, como podemos constatar na citação de John Mill, sua doutrina utilitarista assume esse compromisso. Por essa razão, Kymlicka afirma que o “utilitarismo é uma maneira de expressar essa ideia e é tão “deontológico” como qualquer outra, uma vez que exige que a posição igual das pessoas seja respeitada a todo custo no processo de decisão” (Kymlicka, 1988, p. 178, tradução nossa)⁵.

A temática não é objeto específico de investigação do pensador, entretanto, analisando a sua obra, podemos rastrear elementos que permitem identificar a sua visão sobre o problema da relação e da delimitação da fronteira entre moral e Direito. O debate da relação entre moral e Direito não é algo novo na história da filosofia do direito; as controvérsias entre os partidários do positivismo jurídico e do direito natural protagonizaram contendas históricas. Como, por exemplo, o famoso debate ocorrido na segunda metade do século XX entre Patrick Devlin [1905-1992] e Herbert Hart [1907-1992]. Qual é a

⁴ *In the Golden rule of Jesus of Nazareth, we read the complete spirit of the ethics of utility. To do as one would be done by, and to love one's neighbour as oneself, constitute the ideal perfection of utilitarian morality*

⁵ *[...] utilitarianism is one way of spelling out that idea, and it is as "deontological" as any other, since it demands that people's equal standing be respected at all costs in the decision procedure.*

relevância desse debate em particular para o presente artigo? Ressalto em particular esse debate, porque Hart faz uso do chamado princípio ‘milliano’ do dano ou da liberdade formulado por John Mill no ensaio ‘On liberty’ [1959].

Dessarte podemos verificar que as teses de John Mill apresentam grande relevância em um caso concreto sobre a relação entre moral e Direito. O filósofo e jurista britânico Hart invoca o princípio ‘milliano’ do dano, na obra ‘Law, Liberty and Morality’ [1963]. Ele usa o princípio do dano de Mill como base do seu argumento contra ‘Devlin no debate sobre Relatório Wolfenden’⁶⁷ [1957]. Sobre o que trata o relatório supramencionado. O relatório em questão versa sobre a discussão em torno da descriminalização da homossexualidade e prostituição na Inglaterra da época; o debate ‘Hart-Devilin’ culminou em uma frutífera contribuição no que concerne ao debate sobre a relação entre moral e Direito. O argumento de John Mill é uma forte defesa da autonomia individual em oposição ao paternalismo estatal. Hart parte dessa posição de John Mill para defender no ‘Relatório Wolfenden’, de forma peremptória uma sólida e bem fundamentada defesa da descriminalização da homossexualidade na Inglaterra da época.

O princípio do dano versa sobre os limites do poder da sociedade sobre os indivíduos, ou seja, o Estado deve apenas restringir as ações das pessoas quando essas causarem danos a terceiros. A justificação do princípio do dano ou da liberdade encontra-se na utilidade. Segundo Mill, a

[...] utilidade como apelo máximo em todas as questões éticas; mas a utilidade no seu mais amplo

⁶ O Relatório do Comitê Departamental de Crimes Homossexuais e Prostituição.

⁷ Para maiores detalhes sobre o Relatório ver o site: <https://www.bl.uk/collection-items/wolfenden-report-conclusion#>.

sentido, a utilidade baseada nos interesses permanentes do homem como ser progressivo (Mill, 2015, p. 14, tradução nossa)⁸.

O princípio do dano ou da liberdade é adicionado ao utilitarismo como uma importante ferramenta para a promoção do bem-estar social a longo prazo. Ele não propõe a liberdade como um princípio basilar, mas como um instrumento útil para maximizar o bem-estar social. Thomas Nagel ressalta a relevância do papel da regra da liberdade na teoria ‘milliana’ da seguinte forma: “On Liberty é uma poderosa defesa do utilitarismo de regras e dos princípios liberais” (Nagel, 2003, p. 75, tradução nossa)⁹.

Enquanto no ensaio ‘On Liberty’ ele advoga por um divórcio entre as condutas referentes a moralidade privada e o Direito, na obra ‘Utilitarismo’ [1961] ele desenvolve uma teoria dos direitos morais promovendo desta forma um casamento entre certos tipos de deveres morais com as obrigações legais. Neste ponto podemos observar uma cisão entre John Mill e o seu mestre Jeremy Bentham. O filósofo utilitarista Bentham recusava a existência de direitos morais considerando a presunção da existência de tais direitos um verdadeiro absurdo. John Mill, por sua vez, defendia existências de direitos morais, entretanto, ele não os justificava pelo direito natural ou divino, como por exemplo, John Locke. John Mill, pensava que os direitos morais e legais estavam intimamente ligados.

Com intuito de estabelecer um panorama da compreensão do problema da relação entre moral e Direito na perspectiva ‘milliana’, o artigo é dividido em quatro partes: [I] a primeira parte

⁸ [...] *utility as the ultimate appeal on all ethical questions; but it must be utility in the largest sense, grounded on the permanent interests of man as progressive being.*

⁹ *On Liberty is a powerful rule-utilitarian defense of liberal principles.*

tem por objetivo situar o leitor sobre tema proposto; [II] a segunda seção se ocupará de explicar e analisar o princípio do dano e a separação da conduta moral privada com o Direito; [III] a terceira seção, denominada direitos morais/legais e o progresso moral tem por objetivo apresentar a definição de direitos morais advogada por John Mill e demonstrar a íntima conexão existente entre moralidade e legalidade; [IV] na última seção do artigo será apresentado um esboço do olhar de John Mill sobre a controvérsia a respeito da relação entre moral e Direito.

2 PRÍNCÍPIO DO DANO OU DA LIBERDADE E A MORALIDADE PRIVADA

Podemos fazer a seguinte indagação - condutas consideradas imorais pelo senso comum devem ser punidas por lei? Ações e hábitos prejudiciais à saúde das pessoas devem ser restritas pelo sistema legal? Como por exemplo o consumo de álcool e cigarro. A primeira questão pode ser colocada da seguinte forma: é justo impor as convicções morais do grupo majoritário aos indivíduos de grupos minoritários? Para responder essas questões precisamos dirigir os nossos olhares ao ensaio ‘On Liberty’, no qual discute-se o tema da liberdade sob o prisma da filosofia social e política, ou seja, um debate sobre a natureza e os limites do poder que o governo pode legitimamente exercer sobre os indivíduos. Segundo Riley, o ensaio trata “do direito do indivíduo de ter controle absoluto do que se passa dentro de sua esfera de autorrespeito” (Riley, 1998, p. 52, tradução nossa)¹⁰. A forte defesa da liberdade apresentada por Mill associa-se à esfera do autorrespeito dos indivíduos.

¹⁰ [...] of the individual's right to have absolute control of what goes on within his self-regarding sphere.

As perguntas lançadas no início da seção referem-se à relação entre moral e Direito, e por sua vez o ensaio de John Mill em questão é a respeito da defesa das liberdades individuais frente ao poder estatal. Todavia, a tese de John Mill sobre as liberdades individuais, conhecida como o princípio do dano ou da liberdade, implica na regulação dos limites da legislação no que se refere aos aspectos da vida privada dos indivíduos. Isto é, na moralidade privada de cada pessoa. O princípio do dano é enunciado pela primeira vez, no nono parágrafo do primeiro capítulo da seguinte forma:

Esse princípio é de que a autoproteção constitui a única finalidade pela qual se garante à humanidade, individual ou coletivamente, interferir na liberdade de ação de qualquer um. O único propósito de se exercer legitimamente o poder sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada, contra sua vontade, é evitar danos aos demais. Seu próprio bem, físico ou moral, não é garantia suficiente (MILL, 2015, p. 12-13, tradução nossa)¹¹.

P1: os indivíduos têm direito absoluto sobre qualquer conduta que diga respeito a seu corpo e mente; p2: os indivíduos são livres para exercer qualquer ato, desde que não cause dano a terceiros. Logo, a autoproteção aos demais constitui o único propósito para que a humanidade, individual ou coletivamente, interfira de modo legítimo na ação de um indivíduo. Todavia, ele faz uma ressalva referente à aplicação deste princípio, pois, se “aplica apenas aos seres humanos que atingiram a maturidade

¹¹ *That principle is, that the sole end for which mankind are warranted, individually or collectively, in interfering with the liberty of action any of their number, is self-protection. That the only purpose for which power can be rightfully exercised over any member of a civilized community, against his will, is to prevent harm to others. His own good, either physical or moral, is not a sufficient warrant.*

de suas faculdades” (Mill, 2015, p. 13, tradução nossa)¹². Portanto, crianças, adolescentes, pessoas que sofrem de distúrbios mentais, isto é, aqueles que não gozam de suas capacidades mínimas, mesmo que numa situação momentânea, devem ser protegidos de seus próprios atos. Ou seja, o poder estatal mediante o direito, deve criar dispositivos legais [leis] para proteger essas pessoas de causarem danos a si mesmos e aos outros.

O princípio da liberdade é composto por três esferas de liberdade: [I] liberdade de pensamento, [II] liberdade de gostos e atividades e [III] liberdade de associação. [I] A liberdade de pensamento inclui a livre consciência e liberdade de expressão, ou seja, a liberdade de opinar sobre os mais diversos assuntos.

A completa liberdade de contradizer e desaprovar nossa opinião é a melhor condição que justifica assumirmos a sua verdade para os propósitos da ação, e não há outros termos para que um ser com faculdades humanas possa ter segurança racional de estar certo (Mill, 2015, p. 21, tradução nossa)¹³.

[I] A esfera da liberdade de pensamento assegura a existência da imprensa livre, da liberdade religiosa e do amplo debate de ideias. Essa primeira esfera da liberdade humana contribui de forma decisiva para os avanços da humanidade, isto é, é graças ao livre debate que uma opinião dissidente pode vir a provar-se verdadeira ou, pelo menos, parcialmente verdadeira, representando uma correção da opinião da maioria. Para ele “ninguém pretende que as ações devam ser tão livres quanto as

¹² [...] apply only to human being in the maturity of their faculties.

¹³ Complete liberty of contradicting and disproving our opinion, is the very condition which justifies us in assuming its truth for purposes of action; and on no other terms can a being with human faculties have any rational assurance of being right.

opiniões” (Mill, 2015, p. 55, tradução nossa)¹⁴. Entretanto, nem as opiniões estão imunes às sanções em certas circunstâncias. Não se deve incentivar que se expressem opiniões que possam instigar algum ato danoso a terceiros. Logo, devemos limitar a liberdade individual no que concerne a opiniões que podem gerar danos a terceiros, isto é, instigar de forma direta atos de violência física. Segundo o princípio do dano ‘milliano’, somente devem ser coibidas as opiniões que tenham potencial perigo real e iminente a terceiros. O chamado teste Brandenburgo¹⁵¹⁶ é um critério adequado para distinguir discursos que devem ser protegidos pela liberdade de opinião. Pois, mesmo membros de seitas preconceituosas, por mais odiáveis que eles sejam aos olhos do grande público, têm o direito à liberdade de expressão garantido. Contudo, é desejável que, nas coisas que não dizem respeito, primeiramente, a outros, faça-se valer a individualidade.

[II] A liberdade de gostos e atividades refere-se à liberdade de cada pessoa planejar o seu projeto de vida, de acordo com seus desejos e suas características, ou seja, a liberdade de escolher a religião que quiser, a carreira que mais lhe aprouver, tendo

¹⁴ *No one pretends that actions should be as free as opinions.*

¹⁵ O teste Brandenburgo é uma referência ao caso paradigmático *Brandenburg v. Ohio*, em 1969, quando o discurso da supremacia branca proferido pelo líder da seita Ku Klux Klan (KKK), Clarence Brandenburg, encontrou a oposição da lei federal aplicada pelo estado de Ohio. Tal julgamento foi emblemático porque a decisão da Suprema Corte dos EUA reafirmou a primazia do princípio constitucional da liberdade de expressão como garantido a qualquer cidadão estadunidense, inclusive àqueles que profiram o que se pode entender atualmente como discurso de ódio, desde que tal discurso respeite o critério adotado pela Corte. Em suma, nos Estados Unidos da América, a teoria do perigo real e iminente ficou conhecida como o teste de Brandenburgo, que, em outras palavras, é um critério para a aferição da licitude dos discursos que pregam a violência ou outros atos ilegais.

¹⁶ Caso *Brandenburg v. Ohio*: <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/395/444/>

como juiz a própria consciência. Somos livres para escolhermos fazer o que desejamos, mesmo que isso seja estúpido, ou que nos prejudique. Desde que os nossos atos não prejudiquem a terceiros, nenhum semelhante ou instituição possui a prerrogativa de nos impedir.

[III] Liberdade de associação refere-se à liberdade dos indivíduos associarem-se a qualquer propósito ou empreendimento, por exemplo: entidades religiosas, partidos políticos, sindicatos, entre outros. O limite aqui é o mesmo das outras esferas da liberdade humana, a única restrição é se causar danos a terceiros.

De acordo, com John Mill apenas ações que causem danos a terceiros devem sofrer coação legal. Ou seja, condutas que dizem respeito a nossa moralidade privada não devem sofrer nenhum tipo de sanção legal. Condutas consideradas imorais pela maioria da sociedade como por exemplo a homossexualidade e a promiscuidade, não devem sofrer sanção legal, pois dizem respeito a aspectos da vida privada dos indivíduos e não causam nenhum dano aos outros. Podemos também citar a escolha de uma religião pelas pessoas, não interessa a ninguém se uma pessoa crer num deus, ou em vintes deuses diferentes, ou em nenhum. Inclusive aquelas ações que geram dano somente ao próprio agente da ação, não devem ser objeto de sanção legal, como por exemplo: o ato de fumar ou consumir bebidas alcoólicas.

3 DIREITOS MORAIS/LEGAIS E PROGRESSO MORAL

Vimos na seção acima que John Mill separa as condutas da moralidade privada que não causam danos a terceiros, do Direito. O que ele entende por justiça?

Se, tudo aquilo que os homens estão acostumados a caracterizar como justo e injusto, estiver sempre presente um certo atributo ou uma certa coleção de atributos, podemos investigar se esse atributo particular ou essa combinação particular de atributos seriam capazes de gerar um sentimento com esse caráter e intensidade peculiares em virtude das leis gerais da nossa constituição emocional, ou se, em vez disso o sentimento é inexplicável e tem de ser visto como uma provisão especial da natureza (Mill, 2015, p. 156, tradução nossa)¹⁷.

Mas, então, o que é justiça? No nosso cotidiano, inúmeras vezes invocamos o termo justiça e apontamos que isso é justo, aquilo é injusto. A primeira hipótese é que o sentido de justiça estaria vinculado às leis gerais da nossa constituição emocional. A segunda é mais vaga, levantando a possibilidade de a justiça ser um sentimento inexplicável que teria de estar ligado a uma provisão especial da natureza. Lyons indica-nos a estrada tomada por John Mill, ele

[...] embarca num estudo da ideia ou conceito, em oposição ao sentimento de justiça, a fim de identificar as crenças que são fundamentais para os julgamentos sobre justiça e as circunstâncias em que surgem os sentimentos associados à justiça (Lyons, 1994, p. 71, tradução nossa)¹⁸.

¹⁷ *If, in everything which men are accustomed to characterize as just or unjust, some one common attribute or collection of attributes is always present, we may judge whether this particular attribute or combination of attributes would be capable of gathering round it a sentiment of that peculiar character and intensity by virtue of the general laws of our emotional constitution, or whether the sentiment is inexplicable, and requires to be regarded as a special provision of nature.*

¹⁸ *[Original] embarks upon a study of the idea or concept, as opposed to the sentiment, of justice, in order to identify the beliefs that are fundamental to*

Ele analisa o uso dos termos justo e injusto no que diz respeito à conduta das pessoas. Ele chega à conclusão de que o termo de justiça conecta-se ao respeito de direitos legais e morais, ao merecimento, a não quebrar acordos, imparcialidade e igualdade. Entretanto, não encontra um elo mental que possa unir todas essas diferentes aplicações do termo.

O passo seguinte para sanar essa dificuldade é na direção de uma análise da etimologia da palavra 'justiça'. Ao pegar a estrada etimológica somos levados a uma discussão sobre lei (positiva) e punição. O debate sobre as opiniões predominantes sobre a lei e a punição o “conduz de volta ao reino das noções morais” (Lyons, 1994, p. 71, tradução nossa)¹⁹. Os parágrafos 14 e 15 são cruciais para a apreensão do conceito de justiça ‘milliano’ e da relação desta com a moralidade. Lyons sublinha a importância desses parágrafos, na “análise da justiça, centrada nos parágrafos 14 e 15, é impressionante e sugestiva” (Lyons, 1994, p. 71, tradução nossa)²⁰. Nesses dois parágrafos é apresentada a definição de justiça e distingue-a da moral. Entretanto, ele acredita que existem tipos de obrigações morais que implicam em direitos morais, que por sua vez se interligam a direitos legais. Ele apresenta uma divisão dos deveres morais em duas classes, as quais tem efeito de jogar luz sobre a característica que distingue a justiça de outros ramos da moral. Segundo essa divisão, os deveres dividem-se em: deveres de obrigação perfeita que “são aqueles em virtude dos quais um direito correlativo reside em alguma pessoa ou pessoas” (Mill, 2015, p. 163, tradução nossa)²¹; e deveres de obrigação

judgments about justice and the circumstances in which the feelings associated with justice arise.

¹⁹ [...] brings him back to the realm of moral notions.

²⁰ [...] analysis of justice, centered in paragraphs 14 and 15, is striking and suggestive.

²¹ [...] are those duties in virtue of which a correlative right resides in some person or persons.

imperfeita que “são aquelas obrigações morais que não dão origem a qualquer direito” (Mill, 2015, p. 163, tradução nossa)²². Isto é, os deveres perfeitos e os deveres imperfeitos fazem parte da moral, ambos estão contidos na moral, entretanto, pertencem a ramos diferentes. O que diferencia a justiça dos outros ramos da moral é que a “justiça implica algo que, além de ser certo fazer e errado não fazer, uma pessoa individual pode exigir de nós enquanto seu direito moral” (Mill, 2015, p. 163, tradução nossa)²³. Entende-se por justiça, então, aquilo que o indivíduo pode reivindicar como seu direito moral, ou seja, os deveres de obrigação perfeita.

O que é dever? Para John Mill

[...] o dever é algo que pode ser exigido de uma pessoa do mesmo modo que se exige o pagamento de uma dívida – se não pensamos que lhe pode ser exigido, não dizemos que é o seu dever (Mill, 2015, p. 162, tradução nossa)²⁴.

Vejamos esses dois casos:

caso [I]: se ‘x’ empresta R\$100,00 a ‘y’; ‘y’ tem o dever moral de pagar os R\$ 100,00; ‘x’ pode exigir o pagamento de ‘y’; se ‘y’ não cumprir a promessa, deve ser punido;

caso [II]: ‘y’ deseja que ‘x’ lhe empreste R\$ 100,00; ‘x’ não possui a obrigação moral de emprestar dinheiro a ‘y’; ‘y’ não pode exigir que ‘x’ lhe empreste a quantia.

O primeiro caso refere-se a um dever moral (perfeito) porque ‘x’ pode exigir a pagamento de ‘y’ e este pode ser punido se não

²² [...] are those moral obligations which do not give birth to any right.

²³ Justice implies something which it is not only right to do, and wrong not to do, but which some individual person can claim from us as his moral right.

²⁴ Duty is a thing which may be exacted from a person, as one exacts a debt. Unless we think that it might be exacted from him, we do not call it his duty.

quitar a dívida. No segundo caso, mesmo que 'y' possa argumentar que o gesto de emprestar os R\$ 100,00 seja algo admirável e desejável, intuitivamente sabemos que não há nenhuma obrigação de 'x' em relação a 'y' (dever imperfeito).

Rawls apresenta a definição de moral em John Mill da seguinte maneira: “certos são os atos que deveriam ser praticados e errados são os que não deveriam ser praticados; quem não age de modo condizente com esse preceito deve receber alguma forma de punição” (Rawls, 2012, p. 297). Para considerarmos algo errado, devemos julgar que o agente deve ser punido de alguma forma pelo seu ato.

Justiça é algo que uma pessoa pode exigir na forma de um direito moral individual, que deve se estender a sociedade como um todo. Não é por acaso que John Mill menciona Kant e seu princípio categórico, uma vez que ambos os autores partilham da visão de que as regras morais adotadas devem atender ao interesse coletivo. Sendo a justiça uma reivindicação do direito de uma pessoa a uma determinada coisa, então, o que legitima a posse dessa coisa? Ou seja, afinal o que é direito? Para John Mill o direito é uma “pretensão válida à proteção da sociedade no que diz respeito à posse dessa coisa, seja pela força da lei ou pela força da educação e da opinião” (Mill, 2015, p. 166, tradução nossa)²⁵. Ou seja, direito é algo que a sociedade tem a obrigação de garantir, e os indivíduos podem “pressionar, exigir sua observância por outros, e assim por diante” (Lyons, 1994, p. 81, tradução nossa)²⁶. Os direitos servem, especialmente, “para proteger ou defender o indivíduo de uma certa forma” (Lyons, 1994, p. 75, tradução nossa)²⁷. Podemos nos indagar, por que, a

²⁵ [...] a valid claim on society to protect him in the possession of it, either by the force of law, or by that of education and Opinion.

²⁶ [...] to press it, to call for its observance by others, and so on.

²⁷ [...] serve in particular to protect or defend the individual in a certain way.

sociedade deve defender a posse de um direito? John Mill, responde da seguinte maneira: “não posso dar-lhe outra razão que não a da utilidade geral” (Mill, 2015, p. 167, tradução nossa)²⁸. Nesse ponto, reside a força do utilitarismo de regras ‘milliano’. Rawls também nos guia por esse caminho:

[...] ter um direito é um fato que não depende da comparação das utilidades em circunstâncias específicas, mas sim das regras (legais ou não) da justiça e da utilidade dessas regras quando seu cumprimento é exigido de todos (Rawls, 2012, p. 299).

Seria possível, então, anular um direito? Rawls, interpreta o texto de John Mill da seguinte maneira:

[...] é possível anular um direito, mas apenas em condições muito excepcionais, quando os ganhos de utilidade e as perdas para um e outro lado forem claramente de altíssimo valor (Rawls, 2012, p. 299).

De acordo com Lyons

[...] a afirmação de que alguém tem um direito e nem a afirmação de que um direito pode ser violado de forma justificável, podem, na visão de Mill, ser estabelecidas com bases no utilitarismo de atos (Lyons, 1994, p. 77, tradução nossa)²⁹.

Os direitos morais mais importantes relacionam-se diretamente com os interesses permanentes do homem, isto é, “as principais obrigações da justiça se correlacionam, então,

²⁸ [...] *given him no other reason than general utility.*

²⁹ [...] *the claim that one has a right nor the claim that a right may justifiably be infringed can in Mill's view be established on act-utilitarian grounds.*

com o que podemos chamar de direitos à segurança da pessoa e à liberdade de ação” (Lyons, 1994, p. 82, tradução nossa)³⁰. Por exemplo, o direito moral da liberdade é um instrumento da utilidade, relacionado com os interesses permanentes do homem como ser progressivo. Por interesses permanentes do homem como ser progressivo, entende-se, aqueles interesses que são condição necessária para o desenvolvimento coletivo e individual das pessoas. Isto é, significa interesses que são condições necessárias para o autodesenvolvimento das capacidades humanas. Os interesses permanentes do homem são a liberdade de ação e a segurança das pessoas: “estes dizem respeito aos nossos interesses mais vitais, que devem ser respeitados ou atendidos para que seja possível uma condição de vida minimamente aceitável, em qualquer situação” (Lyons, 1977, p. 126, tradução nossa)³¹.

Qual a relação entre progresso moral e direitos morais? Na obra ‘A sujeição das Mulheres’ [1869], ele fala dos avanços da sociedade, apesar de não usar o termo progresso moral, o que está em jogo é a ampliação do círculo moral. No décimo terceiro parágrafo do primeiro capítulo, ele diz:

[...] os seres humanos já não nascerem com um lugar predestinado na vida, ao qual permaneciam acorrentados por uma inexorável cadeia, mas sim livres de usar as suas faculdades e todas as oportunidades que lhe surjam para alcançar o destino que considerem mais desejável (Mill, 2015, p. 423, tradução nossa)³².

³⁰ [...] *he primary obligations of justice correlate, then, with what we may call rights to security of person and to freedom of action.*

³¹ [...] *these concern our most vital interests, which must be respected or served if a minimally acceptable condition of life, in any setting, is to be possible.*

³² [...] *human beings are no longer born to their place in life, and chained down by an inexorable bond to the place they are born to, but are free to*

Nos arranjos institucionais da antiguidade, todos nasciam com uma posição social fixa (Mill, 2015, p. 423, tradução nossa)³³, sem a possibilidade de ascensão a outra posição; no mundo moderno todos³⁴ são livres para usar as suas faculdades e aproveitar as oportunidades para acender socialmente. Podemos dizer que John Mill, está incluindo todos os seres humanos, independente de classe social, etnia ou gênero como detentores de direitos morais, uma grande revolução na Inglaterra da sua época. Esse ponto representa mais uma forte marca do liberalismo ‘milliano’, ou seja, a convicção que nem costume, lei ou governo deva interferir com o projeto de vida dos indivíduos [independente de classe social, etnia ou gênero].

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo dedicou-se analisar a relação entre moral e Direito no pensamento ‘milliano’. Ao longo deste trabalho procurei responder quatro perguntas que considero fundamentais: [I] há alguma conexão entre moral e Direito em Mill?; [II] John Mill separa a moral e o Direito?; [III] de que forma ele determina a fronteira entre moral e Direito?; [IV] em qual ponto direitos morais e legais se conectam?

Podemos responder de forma afirmativa a primeira questão, sim, há uma conexão entre moral e Direito. Paradoxalmente, a resposta para a segunda pergunta sobre a separação entre moral e Direito também é afirmativa. Todavia temos aqui um

employ their faculties, and such favorable chances as offer, to achieve the lot which may appear to them most desirable.

³³ [...] *all were born to a fixed social position.*

³⁴ Segundo John Mill, a única exceção a persistir em sua época, nos países desenvolvidos, é a discriminação das mulheres, este tema não será aprofundado na dissertação.

paradoxo meramente aparente. Por que esse paradoxo é somente aparente? Porque os aspectos morais que estão separados do direito dizem respeito à esfera da moralidade privada que não causam danos aos outros indivíduos. Podemos citar como exemplo a homossexualidade, a promiscuidade, o casamento homoafetivo, considerado por muitos um comportamento imoral. Atualmente os conservadores advogam em prol da proibição da união civil entre pessoas do mesmo sexo, por considerar tal ato imoral. É justo que a lei penal possa ser utilizada para punir ou restringir condutas consideradas imorais pela maioria da sociedade? Se aplicarmos o princípio do dano 'milliano', a resposta será não; toda ação que não causar dano a terceiros não deve sofrer nenhuma coerção legal por parte do aparelho estatal. O mesmo que aplicamos aos conservadores, podemos fazer inferir às reivindicações dos *wokes*. Pois esses querem que o poder de coerção estatal puna o que eles caracterizam por discursos de ódio. Pois, de acordo com o princípio do dano 'milliano', essa reivindicação *woke* não faz o menor sentido, pois a liberdade de opinião deve ser protegida. Ou seja, os indivíduos possuem o direito de agir conforme a sua vontade e seus desejos, desde que suas ações não causem dano aos outros.

A justiça é um nome para certas classes de regras morais que dizem respeito diretamente aos aspectos essenciais do bem-estar humano, e que, portanto, têm uma obrigatoriedade mais absoluta do que quaisquer outras regras para conduzir a vida. E a noção de um direito pertence ao indivíduo, que nos parece ser um elemento essencial da ideia de justiça, implica e atesta essa força superior de obrigaçãõ. (Mill, 2015, p. 172, tradução nossa)³⁵.

³⁵ *Justice is a name for certain classes of moral rules, which concern the essentials of human well-being more nearly, and are therefore of more absolute obligation, than any other rules for the guidance of live; and the notion which we have found to be of the essence of the idea of justice, that of*

Para John Mill, justiça é definida como um conjunto de regras necessárias para satisfazer às necessidades do bem-estar da humanidade. Entre essas regras, podemos destacar:

[...] as regras morais que proibem os seres humanos de maltratarem (entre as quais nunca devemos esquecer de incluir a interferência indevida na liberdade de cada um) são mais vitais para o bem-estar humano do que quaisquer máximas, por muito importantes que sejam, que só indicam a melhor maneira de organizar algum departamento dos assuntos humanos (MILL, 2015, p. 172, tradução nossa)³⁶.

O direito à liberdade individual é um dos direitos morais de mais importantes, porque dele podemos derivar outros direitos. O direito moral a liberdade está assegurada no tocante a ações ou inações que são inofensivas a outras pessoas, mesmo que a maioria não aprecie a conduta em questão. Riley destaca “o interesse permanente do homem em autodesenvolvimento ou individualidade autoriza a proteção absoluta, por direito, da liberdade individual” (Riley, 1998, p. 48, tradução nossa).

O direito moral à liberdade individual comporta a liberdade de pensamento, a liberdade de gostos e atividades e liberdade de associação. A liberdade de pensamento inclui a livre consciência e liberdade de expressão, ou seja, a liberdade de opinar sobre os mais diversos assuntos. Todos esses direitos que possuem origem moral devem ser garantidos pelo Direito, ou seja, pela

a right residing in an individual, implies and testifies to this more binding obligation.

³⁶ *The moral rules which forbid mankind to hurt one another (in which we must forget to include wrongful interference with each other's freedom) are more vital to human well-being than any maxims, however important, which only point out the best mode of managing some department of human affairs.*

força da lei. A evolução moral da sociedade, em outras palavras o progresso moral, amplia a comunidade de indivíduos que têm os seus direitos morais reconhecidos e garantidos de forma legal. Ao longo da história podemos citar, por exemplo: a inclusão dos negros, das mulheres e mais recentemente dos homossexuais como detentores de direitos morais.

REFERÊNCIAS

HART, Herbert. **Law, liberty and morality**. Oxford: Oxford University Press, 1963.

KYMLICKA, Will. **Filosofía política contemporânea: una introducción**. Barcelona: Ariel, 1995.

KYMLICKA, Will. Rawls on teleology and deontology. **Philosophy & Public Affairs**, Princeton, v. 17, n. 3, p. 173-190, Summer 1988.

LYONS, David. Human rights and the general welfare. **Philosophy & Public Affairs**, Princeton, v. 6, n. 2, p. 113-129, Winter 1977.

LYONS, David. **Rights, welfare, and Mill's moral theory**. New York: Oxford University Press, 1994

MILL, John Stuart. **On liberty, utilitarianism and other essays** Oxford: Oxford University Press, 2015.

MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade**. Petrópolis: Vozes, 1991.

MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade**. São Paulo, Martins Fontes: 2000.

MILL, John Stuart. **Utilitarismo**. Porto: Porto Editora, 2005.

NAGEL, Thomas. Rawls and liberalism. *In*: FREEMAN, S. (org.). **The Cambridge companion to Rawls**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 62-85.

RAWLS, John. **Conferências sobre a história da filosofia política**. FREEMAN, Samuel (org.). São Paulo: Martins Fontes, 2012.

RILEY, Jonathan. **Mill on liberty**. London: Routledge, 1998.

SKORUPSKI, John. **John Stuart Mill**: the arguments of the philosophers. London; New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2009.